

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ- SETOR LITORAL

**A PRÁTICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES**

NOVA TEBAS

2014

GILMAR CHATOSKI

**A PRÁTICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES**

**Monografia apresentado (a) como requisito
parcial para obtenção da certificação do
Curso de Especialização em Educação do
Campo, Setor Litoral da Universidade
Federal do Paraná.**

Orientador: Profº Dr. Marcelo Silva da Silva

NOVA TEBAS

2014

SUMÁRIO

1 RESUMO.....	4
2 INTRODUÇÃO.....	5
2.1 A EDUCAÇÃO DO CAMPO: PRÁTICA, METODOLOGIAS, LIMITES E POSSIBILIDADES.....	7
2.2 O PROCESSO DO ESTUDO E A ANÁLISE DA REALIDADE.....	10
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
4 REFERÊNCIAS.....	18

A PRÁTICA DE ENSINO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Prof. Gilmar Chatoski
Universidade Federal do Paraná

RESUMO: O presente artigo aborda a Educação do Campo e como esta tem sido abordada pelas políticas públicas no Brasil. Através da história, em geral, as populações do campo tem sido marginalizadas e oprimidas por essas políticas públicas, mas aos poucos, com a mobilização e organização dos movimentos sociais tem mostrando seu devido valor, buscando reconhecimento junto a sociedade e aos poderes públicos. O objetivo central do trabalho realizado foi entender a trajetória de Formação e as Práticas docentes de 8 professores de uma escola do campo situada no interior do Estado do Paraná, tendo como marco norteador as Leis, Decretos, diferentes autores e pesquisas sobre o tema. Diante dos dados obtidos esperamos auxiliar os professores para estruturarem suas práticas de acordo com a realidade do campo, sendo capazes de utilizar novos métodos, buscando soluções aos problemas encontrados, tendo uma visão geral dos instrumentos que podem ser utilizados para melhoria do processo ensino-aprendizagem. A Educação do Campo deve ser compreendida como espaço de socialização das relações humanas, o que aponta para o reconhecimento da especificidade da Educação do Campo pensada a partir das particularidades dos povos do campo, enquanto sujeitos sociais com saberes e cultura própria, assim, a identidade das escolas do Campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina, não é apenas um espaço geográfico ou a produção da existência que determinam esses sujeitos, mas principalmente a sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, o sentimento de pertencimento, entre outros aspectos que caracterizam a Educação do Campo, portanto, a escola precisa investir em uma interpretação dessa realidade que possibilite a construção de conhecimentos potencializadores, que promovam a melhora da qualidade de vida dos que vivem e sobrevivem no Campo.

Palavra-chave: Educação do Campo; Educação; Metodologia do Ensino.

INTRODUÇÃO

A Educação Brasileira vem passando por considerável transformação nesses últimos anos, principalmente a Educação do Campo. Para compreendermos um pouco mais sobre os desafios encontrados, aprofundamos nos estudos sobre essa temática e sistematizamos neste artigo com base nos debates da educação e dos movimentos sociais ao longo da história, onde perpassamos por diversos documentos norteadores que abordam a trajetória e temáticas do Campo, tais como: Leis, Decretos, Documentos Oficiais, Produções sobre Movimentos dos Trabalhadores Rurais, buscando entender a Política do Estado em relação à prática Educativa aplicada para aqueles que residem no meio rural.

A Educação do Campo apresenta, em alguns casos, uma visão distorcida da realidade em relação ao seu conceito, "é bom lembrar que durante décadas nem sequer se falava da educação do campo, era a educação rural, a escolinha rural, professor rural" (ARROYO, 2005, p. 47). A realidade atual engloba assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados, atingidos por barragens, agricultores familiares, povos da floresta, indígenas, descendentes de negros provenientes de quilombos, pescadores ribeirinhos.

Percebe-se ainda a necessidade de um estudo aprofundado das práticas educativas das escolas do campo, pois o que se percebe é que os professores continuam aplicando uma educação com base num sistema que não considera a realidade e origem do aluno do campo, em relação ao do urbano, tornando assim como base as práticas aplicadas nos grandes centros urbanos como referência para o ensino das Escolas do Campo.

Assim, para entender as práticas educativas aplicadas pelos professores nas Escolas do Campo, procurei durante a pesquisa que desenvolvi através de questionários e entrevistas, abordar vários questionamentos com um número de 08 professores de formação e atuação em disciplinas específicas do Colégio Estadual do Campo Bela Vista – EFM em que atuo, abordando a formação de cada um referente ao campo, afinidades, conhecimento, expectativas, entre outros pontos da realidade local em que os educandos estão inseridos.

Os professores que contribuíram para a efetivação deste trabalho opinando com suas experiências e práticas educativas são professores que atuam neste estabelecimento de ensino por no mínimo cinco anos de efetivo trabalho em sua maioria, sendo alguns com vínculos efetivos e outros com contratos. São educadores que conhecem a realidade escolar, suas formações variam nas áreas de humanas e exatas.

Esses professores já tem uma vasta experiência educativa, tendo em vista que são formados a mais de 10 anos, sendo mais preciso pode-se afirmar que quase em sua totalidade são profissionais já a 12 ou 13 anos de formação e atuação na educação, porém na educação do campo exercem o profissionalismo há menos tempo, o que justifica-se pelo fato que não temos um quadro exclusivamente de professores efetivos, muitos são contratados sendo que em alguns casos, uns tem mais, outros tem menos tempo de atuação na instituição que é uma escola de Educação do Campo. Esses professores não moram no entorno da escola, residem nos municípios vizinhos, pois somos escola do campo e os professores que atuam residiram no campo antes de se formarem, assim em sua essência todos eles tem raízes camponesas, pois são oriundos do campo, conviveram em sua infância com essa realidade, tiveram uma formação acadêmica em licenciaturas, porém não se ausentaram do seu cotidiano. A formação acadêmica foi somente mais um processo de enriquecimento pessoal e profissional e, além disso, também trabalham em outros estabelecimentos educacionais que pode-se dizer urbanizados. No entanto, demonstram a participação na dinâmica desta escola, conhecem os alunos, suas famílias, suas condições socioeconômicas, culturais, conforme constatado na análise do resultado da aplicação da pesquisa, o que certamente facilita uma estreita relação entre, metodologia, conteúdos e articulação da prática pedagógica com a realidade escolar.

A Educação do Campo: prática, metodologias, limites e possibilidades.

Através do estudo das práticas pedagógicas podemos apresentar determinados instrumentos que nos auxiliem a interpretar o que acontece na aula; conhecer melhor o que está ao nosso alcance e alterar ou não; tomar medidas que permitam recuperar o que está funcionando; avaliar e corrigir os rumos e ações que não redundaram nos objetivos propostos; ter oportunidade de analisar e refletir

sobre o que fazemos para que possamos até mesmo compartilhar essas experiências com outros profissionais da área. Sabemos a importância das práticas de ensino e como estas devem ser coerentes e respeitar as necessidades e anseios dos alunos.

Ao longo de minha trajetória cursei o ensino regular praticamente todo em escola do campo e continuei exercendo um trabalho em escola do campo, onde é comum perceber práticas de ensino que ignoram a cultura desses alunos.

O grande desafio colocado é superar a prática de pensar projetos de educação, descontextualizados do sentido e da história dos povos do campo, pois este tem sido um vício bastante comum ao longo histórico da educação.

A formulação de políticas e de construção identitárias dos povos do campo perpassa toda a dualidade existente entre campo e cidade, rural e urbano, atrasado e moderno, cosmopolita e caipira. O campo brasileiro visto como um espaço da não cultura letrada e até da negação da existência de culturas próprias, dessa forma é identificado como um lugar sem oportunidades. O destino inconteste, então, é a vida nas cidades. Os povos do campo, por conta desse pensamento acabam por não terem seus direitos respeitados, pois fica evidente ausência de políticas públicas: direito à educação, acesso aos bens materiais produzidos pela humanidade, a terra como meio produtivo de riqueza/renda e cultura, entre outros direitos sociais e culturais.

Um dos desafios que vamos encontrar no processo educativo é estudarmos o entorno social e produtivo dos agricultores do campo, nessa perspectiva da realidade que se articulam para a organização do trabalho, saúde, cultura, desenvolvimento socioeconômico, onde ao serem introduzidos nos programas curriculares e Projetos Políticos Pedagógicos, contribuirão decisivamente para que a Escola do Campo cumpra o seu papel de responsável pelo ensino de qualidade e incentivador da vida no campo.

Fernandes et al. (2004, p. 25) afirmam que a utilização da expressão campo foi adotada em função da reflexão sobre o "(...) sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que hoje tentam garantir a sobrevivência deste trabalho". A intenção explícita é resgatar o conceito de camponês. Aprofunde-se a definição de campo como

(...) lugar de vida, onde as pessoas podem morar, trabalhar, estudar com dignidade de quem tem o seu lugar, a sua identidade cultural. O campo não é só o lugar da produção agropecuária e agroindustrial, do latifúndio e da grilagem de terra. O campo é espaço e território dos camponeses e dos quilombolas (Fernandes et al., 2004, p. 137)

Vida essa que precisa ser de qualidade, e essa só será construída se todos os agentes do campo, inclusive a escola, assumirem a agricultura, o desenvolvimento, a cultura como eixo central das suas ações.

Quando estamos tratando de campo, estamos nos referindo a um espaço heterogêneo que: economicamente diverso - segundo a relação que os sujeitos têm a propriedade e o acesso à terra, na maneira como se relacionam com o trabalho, com o progresso tecnológico, com o mercado.

No entanto constata-se na atualidade um grande monopólio de riquezas de terras nas mãos de poucos, tendo condições tecnológicas e altas produções, enquanto o pequeno agricultor fica a mercê muitas vezes de um simples benefício social oferecido pelo governo.

O campo é permeado pela diversidade cultural, étnico racial, pela multiplicidade de geração e recriação de saberes, de conhecimentos que são organizados com lógicas diferentes, de lutas, de mobilização social, de estratégias de sustentabilidade. Assim, o desenvolvimento humano e o fortalecimento do capital social, por meio de vínculos sociais, culturais e de relações de pertencimento a um determinado lugar, a um espaço vivido são imprescindíveis para o desenvolvimento territorial sustentável.

O termo “educação do campo” fortalece um sentido amplo e complexo, portanto, não deve ser entendido apenas como sinônimo de ensino. Este conceito fundamenta-se na prática educativa que se tem desenvolvido nos movimentos sociais, nas diferentes organizações que atuam com educação, e na LDB (Brasil, 1996) – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, que determina em seu art. 1º.

A LDB (Brasil, 1996), nº 9.394/96, afirma que os indivíduos podem ser educados e se tornar cidadãos e cidadãs na vida em família, no trabalho, na escola, nas organizações sociais, por meio de sua cultura, etc. Reconhece, assim, que a

escola e os espaços extra-escolares são um chão de aprendizagem para o exercício da cidadania.

Assim, entende-se que a educação esta presente em todos os processos formativos ocorridos ao longo da vida de cada um dentro e fora da escola.

Com esse amadurecimento, tem sido possível compreender que a educação passa a ser vista, cada vez mais, como um direito fundamental e uma responsabilidade social que os governantes de todos os países devem assumir junto a sua população, pois a educação básica, pública e gratuita continua sendo o espaço privilegiado para a aquisição de competências e habilidades fundamentais ao exercício da cidadania. Assim, o direito de cidadania não pode estar desvinculado das questões educativas, como acesso aos bens culturais adequados à construção da dignidade humana.

Os professores são, portanto, aqueles que professam algo que consideram verdadeiro, válido, necessário e útil para a perpetuação da cultura e alcance daqueles objetivos indicados pela sociedade para preservação de sua sobrevivência. São pessoas especializadas e habilitadas para, sistematicamente, indicar ao aluno/aprendente um conjunto de conhecimentos que o tempo e a experiência selecionaram da cultura universal e diz respeito à nossa vivência cultural” (TOSI, 2001, p. 24). Portanto, pelo que a autora nos expõe, fica evidente que os conhecimentos acumulados ao longo da existência humana, vão ser transmitidos pelo “ensinante” ao “aprendente”, mas, para tal, é necessário que sejam selecionados conteúdos considerados, pela sociedade como mais relevantes às suas crianças e jovens.

Visto dessa forma, o ato de ensinar indica que:

[...] a função do professor/a será facilitar o surgimento do contexto de compreensão comum e trazer instrumentos procedentes da ciência, do pensamento e das artes para enriquecer [...] espaço de conhecimento compartilhado, mas nunca substituir o processo de construção dialética desse espaço, impondo suas próprias representações ou cerceando as possibilidades de negociação aberta de todos e cada um dos elementos que compõe o contexto de compreensão comum. (SACRISTÁN; GÓMEZ, 1998, p. 64).

Sendo assim, a escola precisa levar em conta os conhecimentos que os alunos, pais e a comunidade possuem e o Currículo precisa incorporar essa diversidade no processo educativo, processo que engloba conhecimentos, atitudes, valores e comportamentos construídos no cotidiano escolar, o qual deve refletir-se também na dimensão institucional de forma permanente e sistemática e deve perpassar a vida escolar. É preciso considerar os saberes acumulados pelas experiências de vida dos educandos e a própria dinâmica da realidade onde está enraizado este processo, se não for nesta concepção, torna-se inútil o princípio determinante da escola vinculada à realidade dos sujeitos.

O Processo do Estudo e a Análise da Realidade

Ao postular uma educação construída pelos sujeitos do campo que são os responsáveis diretos pelas articulações necessárias e indissociáveis à uma ação pedagógica emancipatória, deve-se ter clareza que a reflexão sobre a prática pedagógica será o diferencial para uma intervenção consciente, referenciada com padrões científicos e vinculada as necessidades sociais o que aponta para além do fenômeno educativo.

A dinâmica do trabalho teve como princípio a aplicação junto ao grupo de professores de questionários e entrevistas onde deveriam responder perguntas elaboradas referente a efetivação da sua prática em sala de aula, as relações pertinentes a educação do Campo como questões referentes aos conteúdos, metodologias, avaliações, aplicabilidade dessa ação no entorno escolar, dificuldades encontradas, bem como analisar seu papel enquanto educador de escola do Campo, seu sentimento de pertencimento a realidade oriunda dos alunos, onde levaria a uma reflexão sobre o processo ensino e aprendizagem.

Assim, a presente proposta tem como base principal a reflexão sobre a prática e experiência de vida escolar do professor em relação ao ensino no campo, bem como analisar dados de métodos utilizados na ação escolar, levando em consideração o contexto escolar e todas as suas particularidades de escola do Campo.

Diante do exposto, o objetivo é contribuir para busca de novas ações, agora com o artigo “buscamos” utilizar como ferramenta à pesquisa realizada com

professores, o que possibilitará novas intervenções tanto no plano de aula do professor, bem como na prática docente.

Para este trabalho de pesquisa, após colher os dados respondidos pelos professores, seguiu-se para a sistematização dessas respostas, onde o princípio básico da análise da realidade tem como principal objetivo analisar a dinâmica da escola, sobretudo as dificuldades da articulação teoria-prática encontrada pelos professores entrevistados.

Outro aspecto relevante á análise dos resultados é o fato dos professores mencionarem o distanciamento entre os documentos oficiais para a Educação do Campo e o que realmente acontece no “chão da escola”, principalmente relacionado aos tempos escolares, horários, a Grade Curricular, que infelizmente segue um sistema educacional totalmente urbanizado que não leva em consideração que os alunos do campo são alunos que trabalham na realidade camponesa, se envolvem com os afazeres diários, trabalham em empregos temporários, precisam de uma escola que atenda as suas necessidades educativas e sociais e esteja organizada em função desses tempos escolares, que não é o mesmo do aluno urbano, que recebam um ensino de conteúdos com bases científicas que vejam aplicabilidade em sua vida prática. Esses aspectos são destacados na LDB (Brasil, 1996), que diz:

A educação do campo na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação as peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola;
- III- adequação a natureza do trabalho na zona rural (LDB, Brasil, 1996).

Apesar de estar presente na lei, a educação básica no campo não tem sido atendida de maneira satisfatória e nem ao menos tem sido delineada como proposta para a formação de identidade do meio rural, na busca de um novo projeto de desenvolvimento do campo.

Desse modo, no campo com suas especificidades, a prática de ensino ideal é aquela em que o professor busca uma reflexão crítica sobre a metodologia ofertada, organizando os conteúdos curriculares e teorias a que vem se expondo, aplicando de acordo a realidade de cada um.

As alternativas educacionais e políticas, com relação às concepções, princípios e métodos pedagógicos são parciais e fragmentadas, por isso é difícil fazer uma análise aprofundada de suas carências.

Cabe ao professor utilizar de aulas expositivas, leitura, debates, trabalhos em grupos, rodas de conversas, trabalhos práticos, pesquisas, leituras partilhadas, desenhos, ilustrações etc. Enfim, trabalhar com a participação ativa dos educandos, utilizando a intervenção num processo de juntos construírem conhecimentos.

Assim as ações devem ser ligadas em projetos escolares no qual estes projetos estão relacionados com a localidade: trabalho com hortas, datas comemorativas trabalhadas em uma concepção crítica que resgate historicamente todas as nuances do seu contexto articulado a realidade atual, conservação da água, plantio de árvores etc. Há ênfase na participação da comunidade, uma vez que os professores salientam a presença dos funcionários da escola e comunidade em alguns dos projetos.

A prática docente pode ser pensada a partir da própria comunidade, dando destaque para as datas comemorativas, pois trata-se de uma comunidade que está inserida no cotidiano escolar e ainda preserva costumes e culturas de comemorar no contexto escolar em atividades desenvolvidas pelos alunos em parceria com os professores, principalmente aqueles que trabalham nos projetos de contra-turno, datas como o dia das Mães na escola, dos pais, atividades esportivas, sendo previstas em calendário escolar e Projeto Político Pedagógico, história da comunidade, literatura; resgate da cultura dos alunos do campo; jogos escolares; visita a outras escolas do campo; alimentos do campo. Os participantes são pessoas da própria comunidade, professores, funcionários da escola, alunos. A dinâmica dos projetos é caracterizada pela interação da comunidade no contexto escolar, pelo estabelecimento de relações com a escola do campo e atividades em grupos, a exemplo de uma experiência que teve o objetivo de conscientizar sobre a importância dos alimentos e da produção orgânica.

Os projetos escolares são aqueles que podem ser desenvolvidos ao longo do ano, por um ou mais professores, envolvendo a comunidade. A escola do campo oferece uma infinidade de possibilidades curriculares. Numa aproximação com a realidade escolar, observando os aspectos da rotina da escola, constata-se a presença de pessoas da comunidade no ambiente escolar, além do fato de que

muitos funcionários são moradores da própria comunidade. É algo que aproxima professores que são de outras localidades das pessoas da própria localidade.

Aos poucos, articulando esses direitos, a Educação do Campo estará renovando os seus conteúdos curriculares e suas metodologias na busca de um projeto integrado de desenvolvimento baseado nas diretrizes nacionais definidas pela educação básica.

Desta forma o percurso que se fez desde o estudo da realidade, o qual se deu por meio da aplicação da pesquisa, até a sistematização dos resultados do trabalho, apontam para a necessidade de se buscar uma organização do trabalho pedagógico onde a aplicabilidade da teoria incida diretamente na prática diária dos educandos, organizando o trabalho pedagógico para além das relações escolares atendendo as necessidades do alunado do Campo.

Para esta concepção, para atender a esta nova ideia de desenvolvimento da educação básica e de padrões de sustentabilidade são necessárias ações que busquem na formação profissional e no cotidiano da vida no campo a ampliação do capital humano e social.

O texto da LDB (Brasil, 1996) reconhece, em seus arts. 3º, 23, 27 e 61, a diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para a educação rural sem, no entanto, romper com um projeto global de educação para o país. A ideia de mera adaptação é substituída pela de adequação, o que significa levar em conta, nas finalidades, nos conteúdos e na metodologia, os processos próprios de aprendizado do estudante e o que é específico do campo. Permite, ainda, a organização escolar própria, a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

Por meio da Emenda Constitucional nº 14 e da Lei nº 9.424/1996, foi instituído o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) [Posteriormente substituído pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (Fundeb)]. Esse fundo acelerou o processo de universalização do acesso ao ensino fundamental, redistribuindo recursos financeiros para o financiamento dessa modalidade de ensino em todo o país. Esses recursos variam em função do número de alunos efetivamente matriculados em cada sistema de ensino, definindo valores diferenciados para as modalidades em que os gastos são maiores, o que beneficiou

a educação nas escolas localizadas em zonas rurais, mas não o suficiente para reverter o quadro de abandono em que estas se encontravam.

Deve-se focar tanto o problema da escolarização quanto da qualificação profissional, fortalecer e ampliar o acesso e a permanência de agricultores familiares no sistema formal de ensino, oferecendo oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação profissional e desenvolvendo a solidariedade e a cidadania.

É preciso, ainda, superar a dicotomia histórica entre a Educação Básica (fundamental, média e de jovens e adultos) e a formação profissional. Para isso, deve-se atuar na formação continuada de educadores, professores e coordenadores, de modo a, efetivamente, promover a sua integração e fortalecer o desenvolvimento de metodologias adequadas às especificidades da Educação de Jovens e Adultos para o campo.

A importância histórica, social e econômica da agricultura familiar para o campo brasileiro é outra variável que deve ser considerada. É preciso dar ênfase a essa forma de organização do trabalho, que mantém na família o controle sobre as decisões que se referem à cultura e à atividade a ser explorada. O trabalho, exercido pelo grupo familiar, destina-se prioritariamente ao sustento da própria família, mas não exclui a produção de excedentes para comercialização e criação de renda.

A Educação do Campo vem sendo construída por diferentes instituições a partir dos princípios do paradigma do capitalismo agrário, em que os camponeses não são protagonistas do processo, mas subalternos aos interesses do capital.

A pesquisa em Educação do Campo parte desses referenciais teóricos e de acordo com a síntese dos resultados da pesquisa do presente trabalho, realizada com alguns dos professores que trabalham nesta instituição fica evidente que, segundo relato dos professores em seus depoimentos, consideram que a educação do Campo transcende à realidade fragmentada sob a qual está instituída o cotidiano escolar, pois a organização dos tempos escolares da escola do Campo, segundo eles assume responsabilidades ou pelo menos deveria assumir, mais amplas do que a meramente educativa, pois os elementos constituintes da realidade e da vida camponesa necessitam ser inseridos na organização escolar através dos currículos, daí a necessidade de se pensar um Currículo diferenciado deste que está posto para as Escolas do Campo. Os pesquisadores que trabalham com o campo brasileiro, para garantir a coerência de seus projetos, deveriam partir desses paradigmas.

Esses pontos de partida são fundamentais para a construção dos métodos de análise e definição das metodologias. A partir dessas determinações, os pesquisadores utilizam conceitos que expressam visões de mundo diversas e que constroem os distintos projetos de desenvolvimento do campo. Para a Educação do Campo, desenvolvimento e educação tornarem-se indissociáveis. Para a Educação Rural, desenvolvimento é apenas um tema a ser estudado. Compreendendo o Campo como um território, a Educação precisa ser pensada para o seu desenvolvimento. Compreendendo o Rural como uma relação social do campo, a Educação é pensada como forma de inserção no modelo de desenvolvimento predominante, no caso: o agronegócio.

Essa análise nos oferece uma possibilidade de realizar pesquisas em Educação do Campo e exige que se respondam algumas questões: o que é território? O campesinato é parte do agronegócio, portanto um único território, ou é outro território? Essas questões qualificam a pesquisa, porque parte da crítica como forma de liberdade de pesquisa, não se subordinando às determinações. Elas fomentam o debate em todos os níveis, compreendendo as diferenças e quais os modelos mais apropriados para o desenvolvimento do Campo. Desse modo, compreende-se a pesquisa como um território que deve expressar a identidade política do pesquisador.

Possibilita também maior especificidade na escolha dos temas de pesquisa. A Educação do Campo carrega em si o significado territorial. Por essa razão, a Pesquisa em Educação do Campo exige dos pesquisadores um conhecimento profundo dos paradigmas, uma atenção desdobrada na construção dos métodos de análise e nas escolhas dos procedimentos metodológicos. Esses cuidados são fundamentais para que os resultados das pesquisas não sejam genéricos, porque os territórios, o Campo e as realidades são específicas, por mais amplas que sejam.

A partir desta realidade local, levantamos várias situações que difundem na prática de ensino, tais como a fragilidade de normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, a falta de regulamentação de estratégias específicas de atendimento escolar do campo e a flexibilização da organização do calendário escolar, políticas de formação inicial e continuada que habilitem todos os professores promovendo o aperfeiçoamento permanente dos docentes com práticas pedagógicas voltadas à realidade do Campo que favoreçam a efetivação de um projeto institucional

comprometido com a articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável contemplando a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero geração e etnia.

Sendo estes resultados colhidos a partir da análise da participação do grupo de professores, que apesar de apontar as deficiências de um sistema educacional que realmente atenda as necessidades e especificidades de uma escola do campo, possibilitaram identificar que os educandos são caracterizados pela maioria dos professores entrevistados como sujeitos que participam, conversam, discutem assuntos da aula, trazem histórias de vida e culturas próprias, demonstram simplicidade no aprendizado.

Outro fator mencionado pelos professores, é a dificuldade em adequar os conteúdos do currículo com a realidade, uma vez que ainda temos uma política de Estado padronizada, urbanista, cabendo ao professor essa articulação para a realidade do campo, o que nem sempre é uma tarefa fácil, sendo do consenso de todos os professores participantes que a organização do trabalho educativo da escola do campo deve inserir o Campo como elemento articulador do trabalho pedagógico.

Considerações Finais

A Educação do Campo como foi abordada buscou apontar a deficiência dos projetos e das políticas públicas para uma educação que tem como função primordial o desenvolvimento humano do homem do campo, visto que o campo deixou de ser um espaço de produção econômica para a subsistência, para o encontro com a natureza, com a sabedoria, com a fertilidade, com os costumes, com a preservação ambiental etc. Hoje nos deparamos com uma realidade que atende a um modelo de desenvolvimento capitalista e que abrange objetivos como a produção monocultora para a exportação. Neste contexto a agricultura de subsistência, as pequenas propriedades e a policultura perderam espaço para os grandes latifúndios que expulsaram as pessoas do campo (êxodo rural) e inevitavelmente e acabaram desvalorizando as escolas presentes naquele ambiente.

Diante deste espectro, é preciso repensar sobre qual educação queremos para o campo dentro dessa realidade imposta, sendo necessário que haja políticas públicas que não sejam pontuais e ainda menos, compensatórias para preservar a Educação do Campo e suas escolas que ainda sobrevivem ao modo de produção capitalista.

Um olhar e um tratamento mais público para a Educação do Campo poderá ser a garantia ou o começo de novos tempos para a história da educação. Ao reconhecer a educação como um direito universal de todo o ser humano e o Estado assumir o seu dever, a educação do povo do campo poderá ser construída e idealizada sobre novas bases.

Essas políticas devem ser universais, mas devem buscar referências na concretude das formas e valores de vida e trabalho e que se referem à cultura, valores, crenças e a sociabilidade dos diferentes povos do campo. Políticas que estabeleçam e reconheçam as diretrizes, os princípios e os direitos universais aceitos no campo da educação, mas acima de tudo garanta as bases, a materialidade sem a qual os princípios educacionais não podem ser traduzidos em garantias concretas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. *Os Desafios de Construção de Políticas para a Educação do Campo*. In: PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Ensino Fundamental. Educação do Campo: Cadernos Temáticos**. Curitiba: SEED, 2005.
- Brasil. Congresso Nacional. **LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 9394\96.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. (Lei nº. 9.394/96). De 20 de dezembro 1996.
- DAVIS, C.; GATTI, B. A. “*A dinâmica da sala de aula*”. IN: DAMASCENO, M. N.; TERRIEN, J. (Coord.) **Educação e Escola no Campo**. 1ed. Campinas: Papyrus, 1993, p. 73-135.
- FERNANDES, B.M. *Diretrizes de uma caminhada*. In: ARROYO, M.G; CALDART, R.S.; MOLINA, M.C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 133-145.

GASPARIN, João Luiz. **Uma didática para a pedagogia histórico crítica**. 2.ed., Campinas: Autores Associados, 2003.

SILVA, Maria do Socorro. **Educação do Campo e Desenvolvimento: uma relação construída ao longo da história**, 2004 (mimeo).

WEISZ, Telma; SANCHES, Ana. **O diálogo entre o ensino e a aprendizagem**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001. (Série Palavra de Professor).

ZABALA, Antônio. **A prática educativa: como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.